

ANCESTRALIDADE E LINGUAGEM: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRA

Manuela Chagas Manhães (UNESA e UENF)

manuchagasmanhaes@gmail.com

Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira (UENF)

sulamitaribeiro16@gmail.com

Marcia Siqueira Cordeiro (UVA)

dramarciacordeiro@gmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA e apoiado pelo Programa de Pesquisa e Produtividade da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Nossa pesquisa traz como tema central a relação da ancestralidade, linguagem e territorialidade, especificamente, das comunidades tradicionais de pesca de Armação dos Búzios, Região do Lagos-RJ. Na diversidade cultural brasileira, encontramos um enorme acervo formador de diferentes identidades culturais, por meio de contexto sócio-histórico espacial específico. Nesse sentido, nesse artigo, refletimos sobre algumas variáveis da pesquisa em andamento, tendo como sujeitos da ação os membros das comunidades tradicionais pesqueira de Armação dos Búzios-RJ. Logo, traçamos a formação das comunidades tradicionais, suas particularidades, ancestralidade, e como, ao longo do século XX, há transformações, dilemas, desafios que são enfrentados a partir da memória social e coletiva, a qual é formada por meio de diferentes tipos de linguagem, a saber: verbal, não verbal, possibilitando a continuidade do sentido dos diferentes modos de vida, e assim, a organização comunitária, a autoidentificação. Tais linguagens permeiam o cotidiano dos membros da comunidade, em sua territorialidade, representando a ancestralidade e a resistência, para que haja o pleito do direito à cultura. Para além disso, alicerçamos nossas pesquisas em determinados pressupostos, como reconhecimento social, *habitus*, direito dos povos originários entre outros, os quais permeiam a constituição da representatividade de comunidades tradicionais, sua cultura enquanto modo de vida e o sentimento de pertencimento.

Palavras-chave:

Ancestralidade. Linguagem e oralidade. Sentimento de pertencimento.

ABSTRACT

This article is the result of research funded by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), which is a mitigation measure required by Federal Environmental licensing, conducted by IBAMA and supported by the Research and Productivity Program of Universidade Estácio de Sá (UNESA). Our research has as its central theme the relationship of ancestry, language and territoriality, specifically, of the traditional fishing communities of Armação dos Búzios, Lagos Region-RJ. In Brazilian cultural diversity, we find a huge collection of different cultural identities, through a specific

socio-historical spatial context. In this sense, in this article, we reflect on some variables of the ongoing research, having as subjects of action the members of the traditional fishing communities of Armação do Búzios-RJ. Therefore, we trace the formation of traditional communities, their particularities, ancestry, and how, throughout the 20th century, there are transformations, dilemmas, challenges that are faced based on social and collective memory, which is formed through different types of language, namely: verbal, non-verbal, enabling the continuity of the meaning of different ways of life, and thus, community organization, self-identification. Such languages permeate the daily lives of community members, in their territory, representing ancestry and resistance, so that the right to culture can be claimed. Furthermore, we base our research on certain assumptions, such as social recognition, habitus, rights of original peoples, among others, which permeate the constitution of the representativeness of traditional communities, their culture as a way of life and the feeling of belonging.

Keywords:

Ancestry. Feeling of belonging. Language and orality.

1. Introdução

A análise da territorialidade e da socialização nas comunidades tradicionais oferece uma perspectiva rica e complexa para entender como as relações sociais e econômicas moldam e são moldadas pelas práticas culturais e pela estrutura das instituições sociais. Essas comunidades representam microcosmos onde as dinâmicas de poder, resistência e identidade são expressas de maneira palpável. A territorialidade, neste contexto, não se refere apenas ao espaço físico ocupado, mas também às relações sociais e econômicas que se desenrolam e se manifestam nesse espaço. É um campo de disputa onde a luta pela preservação dos modos de vida tradicionais confronta as forças capitalistas que buscam mercantilizar e controlar esses territórios.

A socialização nas comunidades tradicionais é um processo fundamental que vai além da mera transmissão de conhecimentos e valores. É através das instituições sociais, como a família, as associações de pescadores e as práticas comunitárias, que os indivíduos são formados para viver em sociedade. Este processo de formação é intrinsecamente ligado às condições materiais de existência e às relações de produção que prevalecem nessas comunidades. A socialização não só perpetua as tradições culturais, mas também fortalece a coesão social e a resistência coletiva contra a marginalização econômica e social imposta pelo sistema capitalista.

Dentro dessa perspectiva, a territorialidade e a socialização se entrelaçam de maneira inseparável na constituição da identidade coletiva e da solidariedade comunitária. A territorialidade não se limita à ocupação geográfica, mas envolve a interação entre os habitantes e seu meio

ambiente, moldando as práticas culturais, econômicas e sociais que sustentam a comunidade. Este espaço vivido é carregado de significados simbólicos e materiais, sendo constantemente negociado e redefinido através das práticas cotidianas e das resistências às intervenções externas. A luta pela manutenção e defesa do território é, portanto, uma luta pela preservação da autonomia cultural e econômica frente às pressões capitalistas.

Este artigo explora como a territorialidade e a socialização funcionam como eixos centrais na formação dos membros das comunidades tradicionais, analisando a interseção entre as práticas culturais, as relações de poder e as condições materiais de existência. Além disso, discute-se como as especificidades culturais e a luta pelo reconhecimento social se manifestam no cotidiano dessas comunidades, oferecendo uma visão crítica sobre as dinâmicas de exclusão e resistência que caracterizam sua relação com o sistema capitalista dominante. Com isso, busca-se compreender as formas pelas quais essas comunidades articulam sua resistência e afirmam sua identidade coletiva, contribuindo para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista que respeitem e valorizem a diversidade cultural e a justiça social.

2. *A territorialidade e a socialização como eixos na formação dos membros das comunidades tradicionais*

Segundo Berger & Luckmann (1985), o ser humano está em um processo de tornar-se humano, o qual é efetuado a partir do meio em que vive. Considera esse meio como um lugar comum etnológico, já que há inúmeras maneiras de se tornar humano, assim como são numerosas as culturas humanas. Ou seja, “a humanização é variável em sentido sociocultural” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 72). Para os autores, a forma específica em que esta humanização se molda é determinada pelas condições socioculturais, por isso, termos uma variedade de formações, processos sociais e identidades sociais. Assim:

A autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas [...] assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza ambiente humano. O ser humano solitário é um ser no nível animal (que, está claro, o homem partilha com outros animais). Logo que observamos fenômenos especificamente humanos entram no reino do social. A humanidade

específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. (BERGER; LUCKAMNN, 1985, p. 74-75)³

Para tanto, consideramos o protagonismo dos sujeitos sociais na dinâmica vivenciada. Definindo a relação dos espaços (territorialidade) e tempos (períodos históricos) diferentes, especificamente, na constituição de um mosaico de comunidades locais⁴, nas quais são identificadas as especificidades e as particularidades, os tipos de atividades específicas, como as narrativas que são intermediadoras da formação e manutenção da memória coletiva, tradições, elementos socioculturais e morais. Ou seja, encontramos um grande acervo de universos simbólicos, que são definidores e representativos para as diferentes comunidades, contribuindo para a existência da diversidade e diferentes dimensões de reconhecimento social, entre elas a dimensão comunitária e societária (RIBEIRO, 2016).

Tais dimensões são determinadas por aquelas condições que envolvem os atores sociais e seu reino social e, também, as instituições sociais e passam a ser compartilhadas pelos membros, garantindo a sua existência, sua manutenção, a sua significação e sua transformação. A diversidade traz as diferenças entre os grupos, constituindo diferentes realidades objetivas e subjetivas, econômicas e socioculturais. Isso se deve às particularidades que intermedeiam a formação do próprio grupo social, com seus elementos estruturantes que permeiam o reconhecimento social numa primeira dimensão (afetiva), e, posteriormente, numa segunda (jurídica).

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente [...] o mundo da vida cotidiana não somente dotada de sentido que imprimem as suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e nas ações dos homens comuns [...] (BERGER; LUCKAMNN, 1985, p. 35-6)

O fato é que o processo de socialização em geral acontece de geração para geração e entre as gerações, desde a primeira infância, efetuando nos indivíduos uma interiorização de normas de conduta, valores que regem as ações e relações sociais. Há um preparo do indivíduo a partir de sua realidade, na vivência do seu cotidiano para estar, interagir e viver em comunidade o que favorece a definição da segunda dimensão do reconhecimento social: direito e a dimensão comunitária. Encontramos nessa dimensão o respeito e o autorrespeito como bens primários fundamentais,

³ Sic em Beger & Luckmann no seu livro *A construção social da realidade* (1985).

⁴ Termo utilizado por *Zygmunt Bauman* em seu livro *Comunidades: a busca por segurança no mundo atual* (2003, p. 114).

além das normas e regras para a manutenção do convívio social entre os membros da comunidade tradicional.

É dessa forma que a socialização tem um papel primordial na formação dos membros de uma comunidade. Para Berger & Luckmann (1985, p. 175-6), a socialização primária fornece para o indivíduo a estrutura básica de toda socialização secundária. Isto é, o indivíduo nasce numa estrutura específica, determinada e, por isso, objetiva. Assim, após o reconhecimento na dimensão afetiva, está apto para convivência social na comunidade. Nesta, há interação social, na qual, já existe a definição de normas, regras e elementos simbólicos, além das significações e representações.

3. *Comunidades tradicionais: culturas, modos de vida e diferenças*

Diante de nossas reflexões, outro ponto que não pode deixar de ser pensado é a existência de diferentes culturas e modos de vida já que temos uma formação multicultural. A relevância da existência da diferença justifica-se quando entendemos como ela tem sido usada perversamente para explicar a hierarquização social de diferentes culturas. Tal fato contribui para que as comunidades tradicionais, de maneira geral, permaneçam à margem da estrutura social dita como democrática. Isso é uma tradução da negação do que Honneth (2009) define como reconhecimento social, e, também, um reflexo da negação do sentido de justiça como equidade de Rawls (1997) e dos bens primários. Em suma, quando não há a aceitação das diferenças culturais, ou seja, das diferentes culturas e dos modos de vida não há o respeito social. Logo, não há constituição do autorrespeito e autoestima nas diferentes comunidades. Ou seja, o não reconhecimento social. Por fim, o que se efetiva é o desrespeito social em suas distintas significações honnethianas, na dimensão societária.

Logo, tal fato elucida como a diferença ainda é uma maneira de tornar a sociedade excludente e, contudo, traz a importância da ética da alteridade (LEVINÁS, 1997). Tal afirmação demonstra que, embora a diversidade cultural seja uma realidade da sociedade brasileira, essa ainda é percebida pela ideia de verticalização cultural, ou seja, por paradigmas que determinam uma cultura sobre a outra. É perceptível, então, que o paradigma da modernidade precisa urgentemente ser repensado, para que possamos tratar do reconhecimento social numa perspectiva multicultural, atenta ao microrregionalismo, comum na vastidão de nosso país.

Dessa forma, a diversidade cultural seria valorizada na dimensão societária e não teríamos um impasse provocado pela distorção conceitual que determina o não reconhecimento das diferenças, como tem sido feito e vivenciado por comunidades tradicionais. Isso significa dizer que quando pensamos na sociedade em sua totalidade, há diversas identidades culturais, já que existem diferentes comunidades, modos de vida, definidos em diferentes espaços. Em todas as comunidades são perceptíveis especificidades no seu cotidiano.

4. *Quem é o pescador e pescadora tradicional: interfaces de relatos do campo*

4.1. *O Pescador Artesanal*

Muito se questiona quem é o pescador artesanal de fato, questiona-se o tamanho da sua embarcação, se faz ou não uso de equipamentos tecnológicos, e o quanto isso seria capaz de descaracterizá-lo como pescador artesanal, como se o uso dessas tecnologias o afastasse da sua maior característica que é o acesso ao pescado e a sua capacidade de capturá-lo.

A pesca artesanal existe desde que as comunidades litorâneas se formaram, a pesca como caça existe desde que o homem teve necessidade de se alimentar e, observando que havia vida nas águas, e que podia se utilizar dela para garantir a sua subsistência. As Vilas que se formaram ao longo do litoral trazem a forma do pescador que se aventurou mar a fora passando a ter a sua característica física marcadas pelo sol e o sal. Enquanto, os que exploravam rios e lagos dividiam a sua força de trabalho entre a pesca e a agricultura, podendo prover o sustento da sua família da água e da terra. Não diferente de outros povos originários, os pescadores artesanais foram oprimidos e afastados das margens durante a colonização.

No ano de 1919, a Marinha brasileira criou as Colônias de Pesca, onde cadastrou os pescadores artesanais e os classificou como reserva de guerra. Dessa maneira, utilizou a sua mão de obra e conhecimento para aprimorar a sua capacidade de navegar pelas águas brasileiras. Anos depois a Marinha deixou de ser responsável pelos pescadores e as colônias passaram a ser presididas por seus filiados. As colônias de pesca organizavam minimamente os pescadores, especialmente os pescadores artesanais marítimos. O reconhecimento da cadeia produtiva da pesca foi um processo vagaroso tendo como legislação mais recente a lei 11959/2009,

que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca.

4.2. Localidade e habitação

Ao longo do litoral brasileiro vamos identificar facilmente as comunidades pesqueiras, porém as cidades que sofreram com turismo predatório e a especulação imobiliária, afastou a moradia desses pescadores e pescadoras do seu local cultural e tradicional, que antes era de trabalho e de desenvolvimento familiar.

Hoje é possível identificar comunidades tradicionais pesqueiras, que resistem ou são protegidas por unidades de conservação, localidades de pesca, onde há embarque e desembarque mas não há moradia, e comunidades que reúnem famílias de pescadores, mas não há atividades pesqueiras.

As inúmeras mudanças no cenário da territorial da pesca artesanal dificultam a sua caracterização, e o acesso a políticas públicas de afirmação e investimento. Com isso as comunidades tendem a ser notadas na ocorrência de tragédia resultantes de crimes ambientais.

O processo de Licenciamento Ambiental brasileiro, determinou a necessidade de estudos de viabilidade técnica, operacional, e executora dos empreendimentos. Com a necessidade de atender, mitigar e compensar os impactos causados principalmente pela exploração e produção de petróleo e gás, se fez necessário, após os insucessos de projetos, realizar um mapeamento das comunidades que foram direta e indiretamente impactadas pela atividade e quais foram esses impactos.

Como exemplo de mapeamento, ocorreu em 2014 no 1º Diagnóstico Rápido Participativo, realizado pela empresa SOMA Desenvolvimento & Meio Ambiente, que elencou as comunidades pesqueiras, lideranças de pesca, e os macro impactos gerados pela atividade petrolífera. Os resultados gerados, apontou um novo norte para a implementação de projetos de compensação (PCAP) e Projetos de Educação Ambiental (PEA) que tiveram como cartilha a nota técnica 01/2010 do IBAMA.

Porém toda essa estrutura legislativa, montava-se sem uma relação consolidada entre Poder Público, empresas e comunidades, e ainda que contenham diretrizes para a elaboração e execução dos projetos compensatórios e mitigatórios, as características são divergentes entre as comunidades.

5. Inserção da Educação Ambiental nas Comunidades Pesqueiras – Comunidade do Chavão

Os PEAs formam um novo tipo de impacto, trazendo para as comunidades de pesca uma nova relação com as empresas P&G e os pescadores artesanais. Nos últimos anos a atuação desses projetos vem esbarrando na realidade de um “campo vivo” e de constante desenvolvimento e renovação de seus pares, dos atores e das lideranças identificadas nas grandes e pequenas comunidades de pesca.

A princípio os projetos de mitigação, usando em sua maioria a educação popular e os parâmetros da educação freiriana, colocaram-se na posição de escuta iniciando assim um processo acadêmico de pesquisa, levando em consideração todo o conhecimento e experiência de vida dos pescadores artesanais. Com isso nos últimos anos foi possível desenvolver experiências exitosas, que incentivam a autonomia e a incidência política na pesca.

No ano de 2019, com auxílio da Casa do Pescador e Colônia de Pescadores Z4 Cabo Frio, dois PEAs (Pescarte e Rede Observação) foram apresentados aos catadores de Guaiamum da comunidade do Chavão, localizada no segundo distrito da cidade de Cabo Frio/RJ:

Em relação a área geográfica, trata-se do território próximo ao manguezal do rio São João, abrangendo dois municípios do Estado do Rio de Janeiro (Brasil): Casimiro de Abreu e Cabo Frio. Esses territórios estão inseridos em áreas legalmente protegidas e instituídas como Unidades de Conservação, sendo elas a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, gerida por órgão federal e Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, cuja gestão de dá em âmbito municipal. (MARIA FONSECA et al., 2022)

No primeiro contato com a comunidade foi possível destacar as suas fragilidades no que dizia respeito ao acesso a políticas públicas, educação e saúde de qualidade, na contramão desse cenário, uma comunidade organizada, que atuam em conjunto na cata e venda do Guaiamum e também atuavam nas fazendo na época de colheita da aroeira.

Os moradores da comunidade do Chavão, estiveram sob risco de despejo, sem direito a indenização pela prefeitura de Cabo Frio, que compreendia os habitantes como invasores da área pertencentes a unidade de conservação. E todo o território identificado como Chavão seria extinto e classificado como Parque Veneza, mesmo nome da comunidade vizinha.

Os PEAs junto a Colônia de Pescadores, elaboraram uma série de documentações, amostra censitária, depoimentos das famílias, a fim de

montar um documento em defesa da permanência definitiva das famílias no Chavão.

Utilizaram como base a lei dos Povos Tradicionais (Decreto nº6040/2007), e os relatórios para comprovar que existiam 3 ou mais gerações na mesma localidade: “Na casa onde vivo hoje com meu esposo, filha e neto, foi a mesma casa em que eu nasci, eu já tenho 54 anos, nasci ali dentro.” (Depoimento pessoal Catadora de Guaiamum Adriana, 2022).

Em 2022 os Catadores de Guaiamum fundaram a Associação de Catadores de Guaiamum e Moradores do Chavão, primeira instituição representativa do local, junto a essa organização conquistaram junto a prefeitura de Cabo Frio a realização do georreferenciamento do Chavão, onde demarcaram a comunidade, com o acordo conhecido como “porteira fechada” (sem autorização para novos moradores). Ainda receberam do poder público municipal autorização para construção da sede da Associação, na praça pública do bairro.

Outra conquista nesse mesmo ano foi a proximidade com o ICM-Bio, para a criação em conjunto do Plano de Manejo do rio São João, com a intenção de se fazer um cadastro local dos pescadores e catadores de Guaiamum das comunidades no entorno do rio.

A intenção da mitigação é compensar a longo prazo os impactos sofridos pelas atividades exploratórias, a linha A da Nota técnica do IBAMA prevê a atuação dos projetos no apoio e fortalecimento da Organização comunitária, desse modo exemplos como da comunidade do Chavão se multiplicaram nos últimos anos ao longo do litoral norte e Sul Fluminense, furto da valorização do saber dos pescadores artesanais.

6. Conclusão

A análise das comunidades pesqueiras tradicionais revela um cenário de resistência cultural e luta por autonomia em face das pressões socioeconômicas. A figura do pescador artesanal emerge como símbolo de uma prática ancestral que transcende a mera atividade econômica, incorporando elementos de identidade, territorialidade e coesão social. No entanto, as transformações impostas pelo avanço do sistema vigente, especialmente através da especulação imobiliária e da exploração de recursos naturais, ameaçam desestruturar essas comunidades, forçando deslocamentos e fragilizando os laços culturais e sociais que as sustentam.

Essas comunidades têm enfrentado um processo contínuo de marginalização, exacerbado pela inadequação das políticas públicas que, apesar de reconhecerem a importância da pesca artesanal, frequentemente falham em fornecer proteção efetiva e apoio necessário. A atual legislação, embora avançada em alguns aspectos, ainda é insuficiente para abordar as necessidades específicas dos pescadores artesanais e suas comunidades, resultando em um acesso desigual a recursos e oportunidades. Essa disparidade é evidenciada na luta constante por reconhecimento e direitos, muitas vezes negligenciada em face das demandas do desenvolvimento econômico.

Os projetos de educação ambiental, inseridos nas comunidades como forma de mitigação dos impactos das atividades exploratórias, oferecem um vislumbre de esperança e resistência. Através da valorização do conhecimento local e da promoção de práticas sustentáveis, esses projetos têm o potencial de reforçar a organização comunitária e fomentar a autonomia dos pescadores. A experiência da comunidade do Chavão exemplifica como a mobilização comunitária, aliada ao apoio institucional, pode resultar em conquistas significativas, como a regularização fundiária e o fortalecimento da identidade cultural.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONSECA, MARILIA *et al.* O guaiamum no rio São João e a gestão das áreas protegidas: diversidade de atores aos conflitos locais, Rio de Janeiro, 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GOMES, Carla Silene; CARDOSO, Lisbôa Bernardo. *Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça* / Carla Silene Cardoso Lisbôa Bernardo Gomes; orientador: Florian Fabian Hoffmann. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.
- HOBBSAWM, Eric *et al.* *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831). *Fenomenologia dos Espíritos*. Trad. de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes: Bragança paulista: Universitária São Francisco, 2011. p. 142-51
- HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Revista; Campinas-SP: Unicamp, 2013.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaio sobre alteridade*. Trad. de Pivitto, Pergentino Stefano (Coord.); Kuiava, Evaldo Antônio; Nedel, José; Wagner, Luis Pedro; Pelizzoli, Marcelo Luiz. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RIBEIRO, Elton Vitoriano. Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 43, n. 137, p. 387-400, Belo Horizonte: FAJE, set./dez.2016.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.